



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA  
01 DE SETEMBRO DE 2015

N.º 18/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.<sup>a</sup> Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Prof.<sup>a</sup>  
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Aníbal Pinto Prior. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



## SUMÁRIO

Pág.

### ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Declaração da Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.<sup>a</sup> Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves..... 4

### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Imposto Municipal sobre imóveis - Redução da taxa ..... 4
- 2 – Assessoria técnica de fiscalização e acompanhamento de obras municipais na especialidade de eletricidade – Prestação de serviços - Renovação de contrato na modalidade de contrato de avença – Emissão de Parecer Prévio ..... 6

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 3 – Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de quatro postos de trabalho na categoria/carreira de assistente operacional – Renovação da autorização da Assembleia Municipal para o recrutamento ..... 9
- 4 – Confeção e Distribuição de Refeições para os alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião – Ano letivo 2015/2016 – Referência vortalGOV: 8/15-DAFRH – Aprovação do Relatório Final ..... 10
- 5 - Confeção e Distribuição de Refeições para os alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião – Ano letivo 2015/2016 - Aprovação da minuta do contrato ..... 12
- 6 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal ..... 12

### Serviços de Tesouraria

- 7 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 1 a 27 de agosto de 2015 ..... 13

### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 8 – Pedido de parecer técnico para os efeitos previstos no artigo 54.º da lei n.º 64/2003, de 23 de agosto - Requerente Maria Soledade de Jesus ..... 14



---

**EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviços de Cultura**

9 – Fábrica da Igreja de Fontes – Pedido Comparticipação Financeira .....	16
---	----

**Serviços de Desporto**

10 – Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira .....	16
11 – Douro Ultra Trail Run – II Edição – Autorização da Despesa .....	17



**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Declaração da Senhora Vereadora do PPD/PSD,  
Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves**

----- 1 – A Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, apresenta a seguinte declaração: -----  
----- “Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, na qualidade de Vereadora pelo partido PPD/PSD da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, apresenta a seguinte declaração: -----  
----- “O que o Sr. Adérito Ribeiro escreve nas redes sociais, nomeadamente na sua página de facebook, não vou comentar, nem criticar, pois ele fá-lo a título pessoal e não no exercício das suas funções enquanto deputado municipal. Deste modo, não posso pronunciar-me sobre este ou outros comentários que o Sr. Adérito ou qualquer outro munícipe faz, de cariz político, nas redes sociais, pois não me sinto no direito de o fazer, nem me revejo nas palavras que profere em relação a este executivo municipal. -----  
----- Espero ter encerrado, definitivamente, esta matéria que tem ocupado demasiado tempo útil a este executivo”. -----  
----- Data: Santa Marta de Penaguião. 01 de setembro de 2015. -----  
----- Assinatura: Sandra Guedes.” -----  
----- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado e os Senhores Vereadores do PS, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva e José Manuel Moreira Lopes, congratularam-se pelo facto da Senhora Vereadora PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, não se rever nas palavras proferidas, nas redes sociais, pelo Senhor Adérito Silvério. -----

**ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Imposto Municipal sobre imóveis - Redução da taxa**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----



**Município de Santa Marta de Penaguião**

**Câmara Municipal**

**Ata n.º 18 de 01 de setembro de 2015**



----- “Considerando que, a Câmara Municipal na sua reunião do passado dia 18 de Agosto, deliberou, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, fixar, para os prédios urbanos, a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigor no exercício económico do ano de 2016, em 0,3%. -----

----- Considerando que o nº 13 do artigo 112º do Código do IMI, aditado pelo artigo 213º da Lei 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), determina que os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código de IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de Dezembro, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de Dependentes a cargo	Redução da taxa até
1	10%
2	15%
3	20%

----- Considerando que, a fixação de uma redução da taxa do IMI para famílias com dependentes a seu cargo se justifica na medida em que estes contribuintes têm despesas acrescidas, circunstância a que importa atender em sede de Imposto Municipal Sobre Imóveis; -----

----- Considerando que esta medida ganha especial relevância e interesse para o Município de Santa Marta de Penaguião, onde é essencial dotar o Concelho de instrumentos de incentivo à natalidade e atração de população jovem. -----

----- Neste sentido, proponho que o Executivo Municipal aprove a redução da taxa do IMI, nos termos da legislação invocada e submeter à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

**1 - A redução da taxa do IMI a vigorar no ano de 2016, conforme quadro que segue:** -----



N.º de Dependentes a Cargo	Redução da taxa
2	15%
3	20%

2 – Submeter a proposta ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à apreciação da Assembleia Municipal nos termos da termos do nº 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

**Assessoria técnica de fiscalização e acompanhamento de obras municipais na especialidade de eletricidade – Prestação de serviços - Renovação de contrato na modalidade de contrato de avença – Emissão de Parecer Prévio**

---- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

---- “ Considerando que se encontram a decorrer obras municipais com a componente de eletricidade e que importa salvaguardar a assessoria técnica, bem como o acompanhamento e fiscalização de tais obras e outras funções inerentes à especialidade de eletricidade; -----

---- Considerando que o prestador de serviços terá como funções a gestão de instalações elétricas dos equipamentos da Câmara, a gestão dos consumos dos equipamentos da Câmara e da Iluminação, a elaboração e subscrição de projetos de infraestruturas e a fiscalização da componente elétrica da EB 2, 3 de Santa Marta de Penaguião; -----

---- Considerando ser intenção renovar o contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, que foi assinado em 03/09/2014 pelo prazo de um ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de três anos, com a firma Manuel António Peixoto Santos, Unipessoal, Lda; -----

---- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de





contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, independentemente da contraparte, ou seja: -----


- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte;
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação.

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende renovar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista no orçamento do Município; -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2015, o valor do contrato a renovar será objeto de redução remuneratória; -----



----- Considerando, finalmente, que a Assembleia Municipal em sessão de 27/12/2013, para efeitos do previsto na al.<sup>a</sup> c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA) e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à renovação do contrato de **assessoria técnica de fiscalização e acompanhamento de obras municipais na especialidade de eletricidade**, pelo prazo de 12 meses, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à renovação do contrato de assessoria técnica de fiscalização e acompanhamento de obras municipais na especialidade de eletricidade, nos termos da informação dos serviços.** -----





**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de quatro postos de trabalho na categoria/carreira de assistente operacional**

**– Renovação da autorização da Assembleia Municipal para o recrutamento**

----- 3 – Presente à reunião informação do Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, Dr. António Sequeira, com o seguinte teor: -----

----- “ Encontra-se a decorrer o procedimento concursal para o recrutamento de quatro trabalhadores para ocupação dos correspondentes postos de trabalho na carreira/categoria assistente operacional (cantoneiro de limpeza/vias municipais e condutor de máquinas e veículos especiais) para exercer funções inseridas nas áreas de actividade das obras municipais e do ambiente, de acordo com o descrito no respectivo mapa de pessoal devidamente aprovado pelos órgãos executivo e deliberativo, aberto pelo aviso n.º 3.896/2015, de 13 de Abril de 2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 71, de 13 de Abril de 2015. -----

----- Este procedimento obteve a correspondente autorização da Assembleia Municipal em 27 de Fevereiro último, ao abrigo do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, sendo que nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, a homologação da lista da classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses, a contar da data da deliberação daquele órgão, ou seja, até 27 de Agosto do corrente ano, sem prejuízo da sua renovação, desde que devidamente fundamentada. -----

----- Os métodos de selecção utilizados nos termos do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º e artigo 7.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, e constantes do respectivo aviso de abertura, foram todos realizados, encontrando-se a decorrer a audiência dos interessados relativamente à lista unitária de ordenação dos candidatos, tendo em vista a sua homologação, bem como das respectivas actas. -----



----- Neste sentido, atendendo à necessidade de assegurar um conjunto de formalidades e procedimentos legais, o júri viu-se impossibilitado de concluir todo o processo, para que a homologação da lista unitária de ordenação final ocorresse até à referida data limite. -----

----- Assim, caso mereça a concordância de V.Ex.<sup>a</sup>. sugere-se que o assunto seja presente à reunião da Câmara Municipal, tendo em vista deliberar, com os fundamentos expostos, propor e solicitar à Assembleia Municipal a renovação de autorização de abertura do procedimento concursal supra referenciado, de modo a que o mesmo possa ser concluído, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.” -----

**----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, a renovação de autorização de abertura procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de quatro postos de trabalho na categoria/carreira de Assistente Operacional, de acordo com a informação dos serviços. -----**

**Confeção e Distribuição de Refeições para os alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião – Ano letivo 2015/2016 - Referência vortalGOV: 8/15-DAFRH – Relatório Final**

----- 4 – Presente à reunião Relatório Final relativo à prestação de serviços para Confeção e Distribuição de Refeições para os alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião, para o ano letivo 2015/2016, com o seguinte teor: -----

----- “ Aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze pelas quinze horas e em cumprimento do disposto no art.º 69º do Código dos Contratos Públicos, reuniu o Júri do Procedimento designado para o presente concurso formado pelo Técnico Superior e Chefe de Divisão António Augusto Amaral Sequeira, pelo Técnico Superior Emanuel Rodrigues Costa e pela Coordenadora Técnica Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 18 de 01 de setembro de 2015



----- Decorrido o período da Audiência Prévia de acordo com o estipulado no artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, verificou-se a inexistência de reclamações por parte dos concorrentes ao concurso com a referência 8/15-DAFRH. -----

----- Pelo exposto, o Júri propõe que a ordenação das propostas seja a mesma que indicou no relatório preliminar: -----

ORDEM	FIRMAS	N.º DE REFEIÇÕES	VALOR	
			UNITÁRIO	TOTAL
1.º	GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A	39 950	1,15 €	45 942,50 €
2.º	ICA – Indústria e Comércio alimentar, S.A		1,19 €	47 540,50 €
3.º	UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.		1,28 €	51 136,00 €

----- Propõe ainda que a adjudicação seja atribuída à firma **GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.** pelo valor **1,15 €** por refeição, o que perfaz o valor global de **45.942,50 €** para as 39.950 refeições previstas. A estes valores acresce o valor do IVA. -----

----- Este documento é assinado eletronicamente pelo júri do procedimento, nos termos do disposto no n.º 1. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, o Relatório Final relativo à prestação de serviços para Confeção e Distribuição de Refeições referente ao ano letivo 2015/2016, bem como, adjudicar à firma GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----





**Confeção e Distribuição de Refeições para os alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião – Ano letivo 2015/2016 - Aprovação da minuta do contrato**

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que a firma adjudicatária para prestação de serviço de **“Confeção e Distribuição de Refeições para os alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião”** apresentou os documentos de habilitação previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 81º do referido Código; -----

----- Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, a minuta do contrato a celebrar é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar; -----

----- Assim, submete-se à consideração de V. Ex.ª a presente informação, tendo como objetivo: --

----- a) Que na próxima reunião do Executivo Municipal, seja aprovada a minuta do contrato a celebrar, a qual se anexa à presente informação, nos termos do n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- b) Que, caso a referida minuta venha a merecer aprovação, seja notificada a firma adjudicatária do teor integral da mesma, adoptando-se os demais formalismos designadamente os previstos nos artigos 100º a 106º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a minuta do contrato a celebrar, bem como, notificar a firma adjudicatária, nos termos da informação dos serviços. -**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal**

----- 6 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 18 de 01 de setembro de 2015**

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 30 de julho a 27 de agosto de 2015. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Serviços Tesouraria**

**Resumo dos Fluxos de Caixa de 1 a 27 de agosto de 2015**

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 1 a 27 de agosto de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	27/08/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	6 976 610,20
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	3 340 906,34
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	3 635 703,86
			(*) Compromissos	9 624 982,12
Receitas Orçamentais		6 882 936,49	Operações de tesouraria	381 525,80
Correntes	4 072 647,30		Saldo para o dia seguinte:	534 329,69
Capital	2 810 289,19		Execução orçamental	509 804,09
Operações de tesouraria		379 985,94	Operações de tesouraria	24 525,60
Total		7 892 465,69	Total	7 892 465,69

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

**Pedido de parecer técnico para os efeitos previstos no  
artigo 54.º da lei n.º 64/2003, de 23 de agosto - Requerente  
Maria Soledade de Jesus**

----- 8 – Presente à reunião informação da Chefe da Divisão de Coordenação Técnica,  
Planeamento e Gestão Urbana, Dr.ª Sónia Catarino, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Maria Soledade de Jesus na qualidade de  
cabeça de casal da Herança de Cândido Monteiro, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do  
artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração  
de uma escritura de justificação, do prédio que passo a descrever: -----

----- - Prédio rústico, sito no lugar de Quinta da Pedreira, com a área de 7948 m2, inscrito na  
matriz predial sob o artigo 172-D, da União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João  
Baptista) e Sanhoane, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de  
Penaguião. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº  
64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou  
negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de  
compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer  
favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o  
“parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto  
ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos  
urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade  
económica não urbana”. -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----



**Município de Santa Marta de Penaguião**

**Câmara Municipal**

**Ata n.º 18 de 01 de setembro de 2015**



----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
172-D		O prédio rústico insere-se em Espaços Agrícolas

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no artigo infra, na proporção de 1/3 indivisos para a requerente. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a constituição de compropriedade no artigo 172-D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição da compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços.** -----



**EUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviços de Cultura**

**Fábrica da Igreja de Fontes – Pedido Participação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de Fontes, registado com o n.º 2015, de 24 de agosto de 2015, dando conhecimento que pretendem realizar obras de reparação do telhado e pintura do interior e exterior da Capela do Divino Espírito Santo, sita no lugar de Tabuadelo. -----

----- Dado que as referidas obras estão orçadas em 3.450,00€ (três mil, quatrocentos e cinquenta euros), solicitam à Câmara Municipal uma participação financeira para minimizar as despesas. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 3.000,00€ (três mil euros), nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

**Serviços de Desporto**

**Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Participação Financeira**

----- 10 – Presente à reunião ofício do Presidente da Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião, registado com o n.º 2026, de 25 de agosto de 2015, a solicitarem uma participação financeira para auxiliar nas despesas anuais, para a época 2015/2016, no valor de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), tendo em conta que é uma Associação que tem como missão promover o desporto, no concelho, para pessoas com mais de trinta e cinco anos. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 1.000,00€ (mil euros), nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**

**Câmara Municipal**

**Ata n.º 18 de 01 de setembro de 2015**

---

**Douro Ultra Trail Run – II Edição – Autorização da Despesa**

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Trazer a Santa Marta gente, turismo e consequentemente desenvolvimento económico, tem sido uma aposta constante deste Executivo. -----

----- Neste sentido temos vindo a aceitar alguns desafios, que após analisados encaramos como frutuoso e promissores, com perspetivas de futuro. -----

----- O Douro Ultra Trail Run foi um desses desafios e por isso este ano abraçamos a II Edição. –

----- Perto de 1000 participantes/atletas, 4 percursos diferentes (todos a passar em Santa Marta), sendo que a caminhada parte de cá. Uma divulgação invulgar do território e das suas potencialidades, levam-nos a aceitar esta prova, considerando para a mesma algum investimento. -----

----- Assim, para iniciar os preparativos da atividade e fazer face às despesas previamente previstas (reforços, divulgação, logística - elaboração de um filme - elaboração e aquisição de equipamento promocional do trail, etc), proponho a este executivo a autorização da realização de despesa.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar as despesas até ao montante de 6.000,00€ (seis mil euros).** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:20 horas. -----

O Chefe de Divisão



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)